

Demografia Escrava e Produção Econômica na Zona da Mata Mineira:

1831 – 1888

Luiz Fernando Saraiva

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Adjunto do curso de História

saraivalf@uol.com.br

Rita de Cássia da Silva Almico

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Adjunta do curso de Economia

ritaalmico@uol.com.br

Resumo

A Zona da Mata mineira constitui-se ao longo do dezenove na região mais dinâmica dentro da complexa economia das Minas Gerais. A expansão da cafeicultura pela região irá consolidar uma estrutura agrária e social marcada pelo predomínio da grande unidade produtiva com a expressiva presença de escravos ligados a este setor. O trabalho apresentado busca acompanhar esta expansão relacionando a importância que a escravidão teve na dinâmica das fazendas, na composição das fortunas e na própria construção de uma identidade possível para a região.

Abstract

The Zona da Mata became, during the nineteenth century, the most dynamic region in the complex economy of Minas Gerais. The expansion of coffee production throughout the region consolidated a social and agrarian structure marked by the predominance of great productive units, with the overwhelming presence of slaves connected with this sector. This paper tries to present this expansion relating the importance that slavery had inside the plantations dynamics with the composition of the landowner's wealth and even in the building of a possible identity to the region itself.

Parte integrante da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul que atravessa áreas dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Zona da Mata mineira é uma região cujo povoamento e colonização ocorreu somente no final do XVIII e início do XIX, em um momento muito específico da História do Brasil e, em particular das Minas Gerais. Tratou-se da passagem de uma economia colonial, ou em versão mais moderna de partes do Império Colonial Luso para uma “economia mercantil escravista nacional” (CARDOSO DE MELLO, 1982). Nesse processo, um dos aspectos mais controversos foi a “recunhagem da moeda colonial” ou o revigoramento da Escravidão como forma de fortalecer e garantir, ao menos do ponto de vista econômico, a independência política que se desenhava (MATTOS, 1994).

A despeito de movimentos anteriores que marcaram o início da colonização das Minas Gerais e de ‘partes’ da Zona da Mata mineira como a construção do Caminho Novo, podemos dizer que o processo de construção de uma “civilização” na Mata mineira somente se deu a partir da expansão da cultura cafeeira ainda no início do século XIX. Até então, esta e diversas outras áreas das Minas Gerais, recebiam a denominação genérica de “sertões”, “caminhos”, “matas” ou “áreas proibidas”, ou estiveram ligadas a outras regiões do país (CARRARA, 1997). A presença de populações autóctones, de homens livres marginalizados e/ou escravos fugitivos aumentava o clima de abandono e insegurança para aqueles que por ali deviam passar ou se estabelecerem nas ‘fronteiras’ destes espaços que hoje constituem regiões como o Vale do Jequitinhonha; o Vale do Mucuri; o Triângulo Mineiro; a Região do Alto São Francisco, ou o Vale do Rio Doce.

Tratando especificamente da Mata mineira, percebemos que esta região possuiu algumas particularidades que a diferenciaram de ou-

tras áreas de expansão econômica da província mineira no Oitocentos. A primeira é que desde cedo a Mata se engajou em atividades eminentemente mercantis e agro-exportadoras fugindo a uma característica de produção ‘endógena’ já apontada por Francisco Iglesias quando afirmou que:

Minas precisava produzir para seu consumo, pelos embaraços naturais da importação. A distância do litoral não a predispunha também para as culturas destinadas ao exterior, mais vantajosas nas proximidades dos portos. (IGLESIAS, 1958, 17).

Se no século XVIII a Mata mineira era uma ‘área de passagem’ para o intenso fluxo de comércio entre a região mineradora e o litoral fluminense com povoamento e produção dispersos ao longo do Caminho Novo; assistimos no chamado “período colonial tardio” ou, entre os anos de 1785 e 1820 (FRAGOSO, 1998), as intensas migrações de famílias ‘mineiras’ da região central para áreas “nas proximidades dos portos”. Tema abundantemente tratado por diversos historiadores, vários municípios do Rio de Janeiro e São Paulo tem nessas famílias alguns de seus mais importantes colonizadores. Tais foram os casos dos Ribeiro de Resende (Valença e Resende / RJ e Lorena / SP), dos Nogueira da Gama (Porto das Flores / RJ), dos Guimarães (Rio das Flores e Valença / RJ) entre vários outros (SARAIVA, 2008, 229)

Acompanhando com certa defasagem temporal a expansão cafeeira ocorrida nos ‘lados’ paulista e carioca do Vale do Rio Paraíba do Sul a região mineira se integrou aos circuitos de exportação do Rio de Janeiro e já no ano de 1819 produziu o volume físico de 9.739 arrobas de café que passaram para 81.269 em 1828, 243.473 em 1839 e 263.980 em 1843 (BERGARD, 2004, 93). Essa produção correspondia a pouco mais de 4% da produção nacional de café e cresceu

significativamente nas décadas seguintes (SAMP-
PER, 2005: 450 e OLIVEIRA, 2004, 403).

Conseqüência quase 'reflexa' desse pro-
cesso e que podemos perceber já na década de
1830 foi a grande presença escrava na região
que, novamente se diferenciando do resto da pro-
víncia, incluiu aí grandes plantéis. Tais dados po-
dem ser vistos nas Listas Nominativas realizadas
pelo governo provincial entre 1831/32 e 1838/40
para Minas Gerais, coligidas por Maria do Car-
mo Salazar Martins¹ as quais agregamos os da-
dos pelas principais regiões mineiras (tabela I).
Apesar das críticas à esse recenseamento devido
a falhas e lacunas (LIBY, 1988, 29), vemos que
em uma aproximação geral a presença de escri-
vos na região era significativamente maior se
comparada com o resto da província.

a proporção de escravos era significativa com
a maior média escravos / livres da província
(pouco mais de 44% ou 19.911 cativos) e que,
conforme iremos defender neste trabalho, em
sua grande maioria se vinculavam à produção
cafeeira que se expandia nesse momento. Esse
percentual é superior ao percentual da população
escrava total da província de Minas Gerais no
período estudado que atinge 33%.

Em outra pesquisa que tratou a demogra-
fia escrava nas Minas Gerais utilizando-se das
mesmas listas (PAIVA, 2004), podemos perceber
que existia na Mata mineira, neste período, ao
menos sete proprietários contando com plantéis
de mais de 50 escravos. Na verdade podemos in-
ferir que todos estes sete possuíam plantéis com
mais de 100 cativos, visto a média ser de pouco

mais de 138 para cada.
Estes fazendeiros ape-
sar de corresponderem
a menos de 1% do to-
tal de proprietários irão
possuir mais de 14%
dos municípios ou uma
média de 138,4 escri-
vos para cada um.

Tais dados,
no entanto, podem ser
relativizados, pois ao
analisarmos o Mapa de

**Tabela I: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais
1831/32 – 1838/40**

Regiões	Pop.Total	% em relação a Minas Gerais	Pop.Livre	Pop. Escrava	% de escravos
Central	226.433	36,13	141.784	84.649	37,38
Mata	45.000	7,18	25.089	19.911	44,24
Norte - Leste	92.187	14,71	69.939	22.248	24,13
Oeste	58.245	9,29	42.577	15.668	26,90
Sul	161.844	25,82	111.242	54.602	33,73
Triângulo	37.515	5,98	26.855	10.660	28,41
Total	626.656	100	417.486	207.738	33,15

Fonte: Listas nominativas 1831 – 1838.

Conforme
a análise dos dados
acima, à despeito
da Mata mineira ter
uma das menores
populações das Mi-
nas Gerais nesse pe-
ríodo (cerca de 7%
ou 45.000 pessoas),

Tabela II: Estrutura da posse de escravos na Zona da Mata mineira (1831 – 1832)

Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	427	760	48,8	11,5	1,7
4 – 10	285	1.763	32,6	26,7	6,1
11 – 49	155	3.109	17,8	47,2	20,0
Mais de 50	7	969	0,8	14,6	138,4
Total	874	6.601	100,0	100,0	7,55

Fonte: PAIVA, 2004, 510.

¹ Os dados das Listas nominativas foram gentilmente cedidos pela Pro-
fessora Maria do Carmo Salazar Martins, a quem agradecemos.

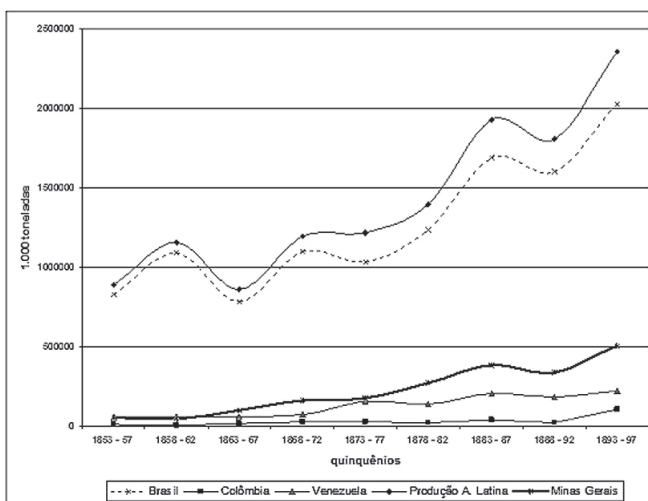
População de Santo Antônio do Paraibuna de 1831 encontramos que somente para este distrito (que futuramente dará origem à Vila com o mesmo nome e depois a cidade de Juiz de Fora) havia pelo menos 9 grandes proprietários. Anotado neste Mapa encontramos como proprietários, acima de 49 escravos, Manoel Vidal Lage Barbosa tido como fazendeiro com 55 escravos; Felizarda Maria declarada lavradora com 65 escravos; Francisco Bernardino Rodrigues Silva também lavrador com 78 escravos; Mariana Leocádia da Silva, lavradora com 99 escravos; Manoel Pereira de Souza dito lavrador com 102 escravos; José Bernardino de Barros, lavrador com 115 escravos; Antônio Dias Tostes, anotado como fazendeiro, com 147 escravos; Francisco Leite Ribeiro, também fazendeiro com 206 escravos e José Inácio Nogueira da Gama com 394 cativos (OLIVEIRA, 1999, anexo III)

Como exemplo das estratégias destes proprietários na aquisição de seus cativos, podemos citar o cafeicultor Antônio Dias Tostes que segundo o Mapa de 1831 possuía 147 cativos; entre 1808 e 1830 Dias Tostes teria importado ao porto do Rio de Janeiro cerca de 96 escravos (PINHEIRO, 2008, 32). Em outro trabalho que abordou o inventário post-mortem de Dona Ana Maria do Sacramento – a primeira esposa de Antônio Dias Tostes falecida em 1837 – vemos que o casal já possuía 185 escravos neste ano (FREIRE, 2008, 3). Ou seja, quase o dobro dos 96 africanos importados do porto do Rio de Janeiro. A aquisição de escravos via tráfico internacional que se intensificava neste momento no país, dada a “recunhagem da moeda colonial”, parece ter sido intensa para a Mata; vemos que para o período de 1808 a 1830 pelo menos 2.347 escravos teriam sido importados pelas principais famílias de cafeicultores da

região como os Ferreira Armond, os Leite Ribeiro, os Monteiro de Barros, os Silva Pinto e o próprio Dias Tostes (PINHEIRO, 2008, 32 Tabela).

Cruzando ainda os dados do Mapa de População de Santo Antônio do Paraibuna com os inventários post mortem por nós pesquisados no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante AHUFJF) encontramos outros destes proprietários para o período da 2ª metade do XIX. Tal foi o caso de José Bernardino de Barros (que receberia o título de Barão das Três Ilhas) que aparece no Mapa como sendo proprietário de 115 cativos. Em 1871, com a morte de sua esposa Maria da Conceição Monteiro da Silva, vemos que o casal possuía 154 escravos e, em 1876, na prestação de contas do inventário, aparece com um total de 265 cativos (SARAIVA, 2001). Desta forma, mesmo para o período posterior a abolição do tráfico internacional, a Mata mineira continuou a ser uma importadora líquida de escravos, dado que iremos

Gráfico I: Produção de Café da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais 1853 – 1897



Fontes: Para Brasil e demais países da América Latina cf. (SAMPÉR, 2005: 405). Para Minas Gerais 1853 – 1887 cf. (ROSEMBURG, 1922) e para o período de 1888 – 1897 cf. BLASENHEIN, 1982).

tratar com mais vagar à frente.

De qualquer modo, parece ficar claro que o rápido crescimento da região estava diretamente ligado à expansão da cafeicultura e não somente ao comércio com outras regiões das Minas (FREIRE, 2008). Se os dados sobre o crescimento da cafeicultura mineira até meados do XIX estão dispersos, percebemos que já na segunda metade deste século esta expansão da produção na Mata transformou rapidamente a região em uma das maiores produtoras da América Latina como se depreende no gráfico I.

Se até a década de 1850 a Mata contribuiu com algo em torno de 4% do café brasileiro, já no quinquênio de 1863 – 1868 a região ultrapassou a Venezuela, até então segundo maior produtora de café do continente. Podemos afirmar que a Mata mineira produziu, a partir de 1878 até 1897, para ficarmos nos dados da tabela anterior, mais café que a produção de Venezuela e Colômbia somadas. Em um ritmo ascendente, chegou ao final do século XIX (1893 – 1897) com cerca de 24% da produção nacional e pouco mais de 20% da

produção do continente. Conexo a esse processo, o café tornou-se a principal fonte de riqueza da Província de Minas Gerais, como vemos abaixo nos dados extraídos por Restitutti (tabela III). No período de 1850 à 1860, o café assumiu a supremacia na balança exportadora mineira com 27,9% de todas as exportações da província, chegando à quase 70% nas décadas de 1870 e 1880.

Apesar dos dados não contarem com os rendimentos internos, podemos ver na pesquisa de Laird Bergard que as regiões engajadas na agricultura de exportação possuíram uma grande importância no conjunto da economia mineira. Assim, de acordo com os dados disponíveis, entre 1850 e 1870 as recebedorias e coletorias

Tabela III: Evolução da composição das exportações mineira, 1818-1884 (%)

Produtos	Períodos					Total
	1818/28	1839/49	1850/60	1860/70	1870/84	1818/84
Café	5,0	19,2	27,9	47,6	69,4	47,1
Gado bovino	22,6	17,9	15,2	10,2	9,4	12,6
Ouro	11,3	24,0	16,1	9,8	4,4	10,7
Toucinho	10,8	12,5	10,2	6,5	4,3	7,0
Fumos e derivados	5,7	7,2	7,6	6,7	5,2	6,0
Diamantes	6,5	5,4	12,8	9,8	2,4	6,0
Gado suíno	3,5	4,1	3,7	2,3	1,3	2,4
Derivados algodão	9,3	4,4	2,4	2,0	0,4	2,3
Queijos	2,6	2,2	1,7	1,3	1,6	1,7
Algodão bruto	14,0	0,0	0,0	1,8	0,2	1,4
Gado eqüideo	1,8	0,9	0,8	0,3	0,3	0,6
Grãos e farinhas	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Couros	1,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,4
Derivados de cana	2,0	0,3	0,4	0,3	0,1	0,4
Outros minerais	1,3	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3
Aves	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Gado ovelhum e lã	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1
Marmelada e doces	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
Ipecacuanha	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Outros da pecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: RESTITUTTI, 2006, 82.

nas áreas de produção de café serão as de maior arrecadação em toda a província. (BERGARD, 2004).

O que se pode desprender destes dados é que a expansão da cafeicultura estava ocorrendo de forma vigorosa, o que também se percebe do relatório do vice-presidente da província em 1845 quando o mesmo, ao descrever a situação econômica da vila de Barbacena (a quem grande parte da Mata mineira pertencia) diz que “A agricultura é a principal ocupação das pessoas mais abastadas do município, já se contam fazendeiros que cultivam o café em larga escala, sobretudo ao Sudeste”.² O “sudeste” era exatamente a região compreendida pelos distritos de São Francisco de Paula, Cágado, Chapéu de Uvas, Juiz de Fora e Rio Preto que grosso modo, seguindo o Caminho Novo, já à época a Estrada do Paraibuna. Estes distritos irão formar a região da ‘Mata Sul’ onde teremos a maior produção cafeeira e os maiores plantéis de Minas Gerais para a segunda metade do século XIX.

Em 1872 no Recenseamento Geral do Império temos para Minas Gerais os dados agrupados na tabela IV, percebemos que entre as décadas de 30 e 70 a Mata mineira foi a região que

média mineira foi de pouco mais de 390%.

A despeito de um maior percentual de escravos para o conjunto da população (40,60%) a Mata mineira possuía a terceira posição em termos absolutos (81.469), sendo que a região Central e o Sul de Minas concentravam, respectivamente, a primeira e a segunda quantidade de escravos (99.757 e 93.780). Em 1876 a população escrava da região irá passar para pelo menos 89.902 e em 1886 para 96.588 cativos (MACHADO, 1998, 47). Embora tais dados significassem cerca de 1/3 da população mancipia da província não deixa de ser revelador a capacidade que a região manteve os níveis de trabalho cativo no período em que a escravidão declinava em praticamente todo o país. É importante ressaltar que a Mata corresponde a somente 5% do território mineiro, sendo, portanto, uma região de menores proporções espaciais em relação as demais. (VALVERDE, 1958)

Em importante estudo sobre o tráfico de escravos no período pós 1850, Cláudio Heleno de Machado aponta ainda para a importância que Juiz de Fora teve neste contexto:

A situação de Juiz de Fora, principal

Tabela IV: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1872

Regiões	Pop.Total	% provín.	Pop.Livre	Pop. Escrava	% escravos	% de cresc.*
Centro	593.850	28,96	494.093	99.757	20,19	262,26
Mata	282.124	13,76	200.655	81.469	40,60	626,94
Norte - Leste	306.649	14,95	275.862	30.787	11,16	332,63
Oeste	265.097	12,93	223.409	41.679	18,66	455,14
Sul	450.109	21,95	356.329	93.780	26,32	278,11
Triângulo	152.689	7,45	126.825	25.864	20,39	407,00
Total	2.050.509	100,00	1.677.173	373.336	22,26	393,68

* Em relação aos dados de 1831 – 38
Fonte: Censo de 1872.

apresentou o maior crescimento populacional de toda a província com mais de 620%, enquanto a

2 Relatório de Presidente de Província, 1845.

município cafeeiro, também é de crescimento de sua população escrava no período de 1872-76 a 1886 (...). Enquanto que, em termos ab-

solutos, a população escrava provincial sofreu um decréscimo de 21,69%, caindo de 365.861 para 286.497 indivíduos; no município de Juiz de Fora verificamos, nos mesmos termos, a ocorrência de um vigoroso acréscimo, da ordem de 31,27%, fazendo a população saltar de 14.368 para 20.905 cativos. Concluímos ainda que a população escrava em Juiz de Fora, relacionada, proporcionalmente, à mencionada população no âmbito da província, por conseguinte, também cresceu 46,14% entre os referidos anos, saltando de 3,93 para 7,30%. Como os dados de que nos utilizamos estão, provavelmente, subestimados em relação aos resultados da matrícula de escravos de 1872/73, é de se julgar também que o crescimento da população cativa, pelo menos em Juiz de Fora, tenha sido até um pouco superior ao que pudemos verificar. (MACHADO, 1998, 47)

Como principal município da Mata mineira e um dos principais ‘centros’ cafeeiros do país, Juiz de Fora se tornou uma importante referência nos estudos que abordaram a demografia escrava e a produção de café para o período. Pretendemos analisar alguns aspectos que julgamos relevantes da demografia escrava, da produção cafeeira e do regime de terras desta cidade. Para isso, trabalhamos com um ‘corpus documental’ de 481 inventários post mortem do município de Juiz de Fora na 2ª metade do século XIX, com ênfase no período de 1870 a 1888. Tais ‘objetos’ nos permitem identificar alguns ‘perfis’ de uma formação econômico-social

bastante diversa para as Minas Gerais do século XIX e permitem-nos ainda algumas inferências sobre as ‘identidades’ político-sociais possíveis para a província.

De todos os inventários analisados, encontramos em 308 a existência de terras, ou 64,03% dos inventariados tinham na propriedade fundiária um dos componentes (no mais das vezes essencial) da riqueza. A distribuição destas terras revela uma grande concentração como fica claro nos dados da tabela V, onde vemos que 12,33% dos proprietários detinham cerca de 54,11% do total das terras disponíveis no município. Mesmo entre os ‘médios’ proprietários a quantidade de terras era bastante expressiva, sendo que mais de 39% das terras estavam nas mãos desta ‘categoria’, normalmente engajados em variados níveis da produção voltada para a exportação. Isto porque de todos estes ‘proprietários rurais’ encontramos cafezais em cerca de 190 inventários, ou 39,50% do total e 61,68% dos que possuíam terras. Assim, a produção cafeeira estava disseminada em praticamente todas as ‘faixas’ das propriedades rurais, não se constituindo em uma atividade somente vinculada as grandes propriedades. Em dois casos ainda encontramos proprietários de cafezais que não detinham terras, sendo que obviamente produziam café em terras de outros.

Tabela V: Estrutura da concentração fundiária nos inventários post-mortem do município de Juiz de Fora, 1870 - 1888

Extensão	No inventários	% inventários	Área *	% área	A**	% prod. café
+ 200 alqueires	38	12,33	16.419,50	54,11	26	68,42
199 - 40 alqueires	124	40,25	11.946,75	39,37	75	60,48
- 40 alqueires	146	47,40	1.976,00	6,51	74	50,68
TOTAL	308	100	30342,25	100	175	56,81
* Em alqueires						

* Em alqueires

** A: Proprietários de terra que possuíam cafezais em suas terras

Fonte: 308 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 - 1888.

Ainda sobre a estrutura de terras e a produção de café, nestes 190 inventários encontramos 17.985.652 pés, sendo que as grandes propriedades acima de 200 alqueires possuíam cerca de 7.897.164 ou 43% de todos os cafezais. As propriedades médias 7.438.379 ou 41,35%; ficando às pequenas propriedades (abaixo de 40 alqueires) com 2.154.409 ou 11,97% dos pés de café. Disseminado por todas as faixas de inventários rurais, o café era, no entanto, concentrado nas mãos de poucos. Eram esses mesmos cafeicultores os maiores detentores dos escravos nos inventários por nós estudados, como veremos agora.

Ainda desses 481 inventários 313 ou 65,07% possuíam escravos que totalizaram 7.164 cativos para o período de 1870 à 1887.³ Esse número é significativo se lembrarmos os dados de Cláudio Heleno de Machado para o período de 1872 à 1886 quando o município de Juiz de Fora possuía entre 14 a 20 mil escravos. Dessa forma, temos informações de pelo menos 1/3 da população cativa da cidade para o período. Obviamente os dados encontrados nos inventários são variados no que se refere à qualidade da informação, a depender do inventariante algumas informações básicas por vezes faltavam como nome, idade, estado civil e mesmo o sexo dos cativos; em outros casos temos as listas nominativas anexadas aos inventários com informações detalhadas como “número de matrícula”; “origem”, “família”, “aptidão para o trabalho”, entre outras.

A presença escrava era marcante na produção cafeeira. Dos 190 inventários dos quais constavam cafezais, 154 possuíam escravos (ou 81,05% do total), na maioria das vezes em quantidades compatíveis com a proporção escravos

³ Não encontramos escravos para os inventários analisados para o ano de 1888, tal fato obviamente refere-se à lei dos 13 de maio e de que todos os inventários que estavam em curso até então tiveram os escravos suprimidos. No caso dos inventários abertos em 1888 antes da lei do 13 de maio, aparentemente as avaliações dos bens (incluindo os escravos) ou ainda não haviam sido feitas ou então estes foram suprimidos a posteriori.

versus pés de café. Poderíamos dizer, portanto, que a produção de café se dava, sem o trabalho escravo (ou ao menos sem a propriedade do escravo) em 36 inventários do período, ou somente 18,51% do total. Entretanto, se avaliarmos os inventários em que a abolição libertou todo o plantel, além do caso de um senhor que liberta todos os seus escravos nas vésperas da abolição, e ainda um inventário onde os escravos pertenciam ao filho, enquanto os cafezais pertenciam à mãe (portanto, no inventário da mãe, não constavam escravos), o número de propriedades que produziam café sem o braço escravo cai para apenas 20 inventários, ou apenas 10,58% do total.

Reforçando então as discussões levantadas no início do artigo sobre o número de cativos e a importância da vinculação destes ao setor cafeeiro, ao menos para o município de Juiz de Fora, tais dados reafirmam o que outras pesquisas já demonstraram. Assim, para um universo de 7.164 escravos, 5.816, ou quase 80% do total, estavam vinculados a fazendas das quais constavam a produção de café. Estas fazendas por sua vez possuíam 15.707.653 pés de café, o que significa 87,32% do total da região (17.986.853). Temos então que a média de pés de café cuidados pelos municípios era de 2.665,476 pés por escravo, quando na verdade as fontes da época nos dizem que um escravo cuidava em média de 4 mil pés (LIMA, 1987).

É claro que nem todos estes cativos estavam diretamente ligados à lavoura (embora a maioria dos escravos onde conste profissão fossem declarados ‘roceiros’ e ‘lavradores’), mas é importante retermos este aspecto: Quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários.

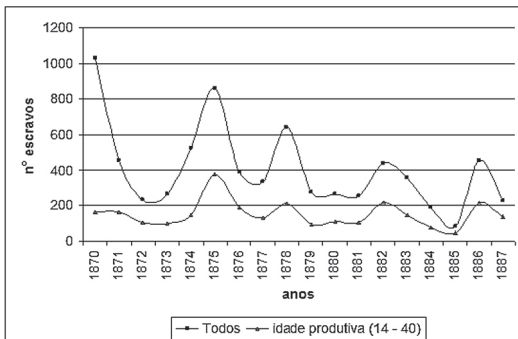
Tabela VI: Estrutura da posse de escravos em Juiz de Fora (1870 –1887)

1870 – 75					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	32	67	26,23	1,98	2,09
4 – 10	34	219	27,87	6,49	6,44
11 – 49	38	948	31,15	28,07	24,95
50 - 100	10	631	8,20	18,69	63,10
Mais de 100	9	1.512	7,38	44,77	168,00
Total	122	3.377	100,00	100,00	-
1876 – 1880					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	15	29	15,96	1,52	1,93
4 – 10	26	185	27,66	5,48	7,12
11 – 49	43	889	45,74	26,33	20,67
50 - 100	7	443	7,45	13,12	63,29
Mais de 100	3	365	3,19	10,81	121,67
Total	94	1.911	100,00	100,00	-
1881 – 1887					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	28	63	29,47	3,14	2,25
4 – 10	23	152	24,21	4,50	6,61
11 – 49	33	824	34,74	24,40	24,97
50 - 100	9	651	9,47	19,28	72,33
Mais de 100	2	316	2,11	9,36	158,00
Total	95	2.006	100,00	100,00	-

Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Buscamos aqui ainda uma análise demográfica geral que nos permita entender a dinâmica da produção e algumas especificidades da es-

Gráfico II: Número de Escravos encontrados nos inventários post-mortem de Juiz de Fora, 1870 – 1887



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

cravidão na Mata mineira. A estreita ligação entre a escravidão e a produção cafeeira nos leva a considerar em nossas análises, principalmente os cativos considerados em idade produtiva (entre 16 e 40 anos de idade), buscando as diferenças entre os diversos escravos no que se refere ao preço, condições gerais (leia-se características físicas) e a questão de gênero, ou a diferenciação sexual. Os 7.164 escravos encontrados estavam distribuídos temporalmente da forma que se depreende do gráfico ao lado (II)

A grande diferença entre o número de escravos em ‘idade produtiva’ e os demais escravos em 1870 – 71 refere-se, logicamente, à

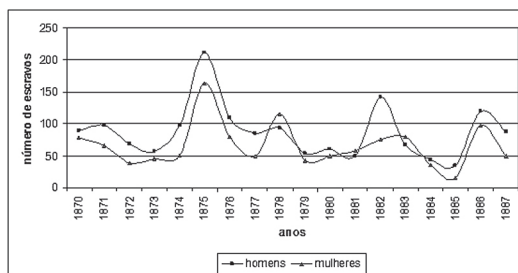
questão das crianças que passaram a ser libertadas pela lei do ventre-livre. Temos para o ano de 1870 1.030 escravos sendo 167 homens e mulheres entre 16 e 40 anos de idade ou 16,21% apenas; já em 1871 encontramos 459 cativos, sendo 163 em ‘idade produtiva’ ou um percentual que subiu para 35,51%. A partir daí, a população cativa passará a se dividir principalmente entre os adultos e idosos e a ‘distância’ entre as duas ‘faixas’ tendeu a diminuir, ficando em média 40% do total. Outro ponto de inflexão foi sem dúvida a lei dos sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, em 1885, que promoveu a libertação de um grande número de escravos idosos. Nesse ano encontramos um total de 84 escravos, com 50 abaixo dos 40 anos, ou 59,52% do total.

O que fica patente é que temos uma significativa presença de escravos dentro das ‘faixas’ mais produtivas da população. É claro que iremos encontrar a presença de crianças e ingênuos após a lei do ventre-livre e ainda idosos trabalhando nas mais diversas ocupações, incluindo as fazendas de café. No entanto, a quantidade e os preços alcançados pelos escravos nas ‘faixas’ entre 16 e 40 anos de idade demonstra claramente sua maior importância no conjunto da produção. Também é bastante discutido pela historiografia pertinente a razão entre os sexos, ou uma maior preferência por homens desde o tráfico atlântico e que teria permanecido, embora com alterações, nas décadas seguintes.

Esta permanência de um maior número de escravos do sexo masculino pode ser explicada de diferentes formas: dificuldade na constituição de famílias por parte dos escravos; maiores possibilidades das escravas em conseguirem alforrias; tráfico interno; como também uma clara ‘preferência’ por escravos homens, o que explicaria a concentração de escravos masculinos nas áreas de exploração econômica mais intensa. Abaixo temos o número dos escravos em

idade produtiva divididos por sexo entre 1870 e 1887 (gráfico III). A partir desses dados podemos confirmar que a presença de escravos homens foi significativamente maior que a das mulheres (cerca de 23% a mais), o que parece corroborar a tese da maior importância do trabalho masculino nas lavouras de café e a importância que o tráfico interno teve para a região.

Gráfico III: Número de Escravos entre 16 e 40 anos de idade encontrados nos inventários post-mortem de Juiz de Fora, 1870 – 1887 (por sexo)



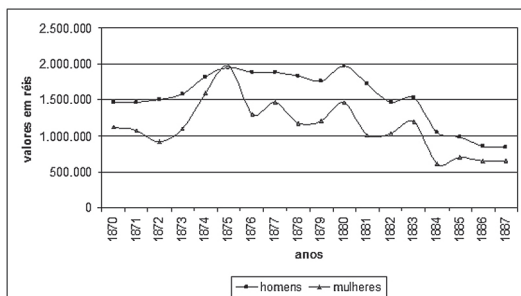
Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Tal ‘preferência’ pode ser exemplificada com o inventário já citado da esposa do Barão de São José das Três Ilhas que, entre 1871 e 1876, adquiriu de diversos fazendeiros e traficantes 111 escravos, sendo 68 homens e 43 mulheres, na sua maioria tidos como roceiros e que estavam no auge da força produtiva – ou seja, entre 16 e 40 anos de idade. Esses escravos foram comprados no período de ‘alta’ dos preços dos escravos (ver gráfico IV a variação do preço dos cativos), o que nos permite afirmar que o valor do investimento de Antônio Bernardino de Barros foi então de 224:900\$000, soma considerável para a época.

Do total dos escravos encontrados, separamos aqueles do sexo masculino e feminino que tivessem entre 16 a 40 anos de idade e os organizamos por idade. Excluímos os escravos que apresentaram defeito físico ou doença que influenciaram negativamente em seu preço.

Também eliminamos aqueles cujo preço era menos da metade do escravo mais caro encontrado naquela idade e naquele ano, pois, apesar de não trazerem nenhuma informação quanto à ‘problemas’, o seu baixo valor poderia ser indicativo de alguma questão, desde saúde até mesmo maior resistência ao cativo. Dos escravos restantes, tiramos uma média do preço final por idade e ano, bastante consistente (ou seja, preços médios relativos sem grandes discrepâncias). Nos anos em que não encontramos escravos de determinada idade (por exemplo, 17 anos em 1871) excluímos este ano da média final. Trabalhamos então com um total de 2.759 escravos no auge da força de trabalho, vinculados em sua grande maioria ao trabalho nas fazendas de café (gráfico IV).

Gráfico IV: Preço dos Escravos em Idade Produtiva encontrados nos inventários post-mortem em Juiz de Fora 1870 – 1887 (por sexo)



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Os resultados têm grande consonância com outros estudos que abordaram o tema. Uma primeira observação já constatada anteriormente é a grande presença de escravos até mesmo para momentos ‘finais’ da abolição, apesar da tendência declinante da posse de cativos para o período abordado. Vemos que a queda não se dá de maneira tão ‘abrupta’ como em outras regiões do país. Se, em 1870 os inventariados de Juiz de Fora possuíam 167 escravos (de 16 a 40 anos e

em ‘ótimas’ condições de trabalho) vemos que em 1887 o número de escravos era próximo, ou 137 cativos (Gráfico II).

Da mesma forma, vemos que os preços dos escravos somente ‘caem’ de maneira sintomática a partir de 1881, quando a expectativa dos grandes fazendeiros do país em relação à abolição já era eminente. Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes chamam atenção que este declínio ocorreu, no início da década de 80, na província do Rio de Janeiro, principalmente pela negativa dos bancos públicos ou privados de aceitarem empréstimos tendo escravos como garantia de hipotecas (ou ainda sub-valorizando o preço dos mesmos) e apontam que a tendência dos preços dos escravos se equipararem ao valor de aluguel anual (mais ou menos 350\$000) somente ocorreu a partir da lei dos sexagenários em 1885 (MELLO, 1980).

Para Juiz de Fora, o valor médio dos escravos somente em 1885 baixou para menos de 1:000\$000 e, ainda sim, ficou na média dos 900\$000 para homens e 675\$000 para as mulheres, ou mais que o dobro do valor praticado neste mesmo momento pelos cafeicultores do Rio de Janeiro. Podemos perceber que o preço dos escravos homens era ainda superior ao das mulheres durante praticamente todo o período sendo a média de 27% acima do preço para o sexo masculino.

Uma das diferenças para além do ‘uso’ intensivo dos escravos nas lavouras de café pode ter sido o fato de que os empréstimos locais continuaram a ter os escravos como garantias com valores mais altos que os praticados nas demais regiões do país, ou ao menos da Corte até as vésperas da abolição. Para esta análise utilizamos os processos de execução de dívida sob a guarda do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (AHPMJF). Vejamos alguns

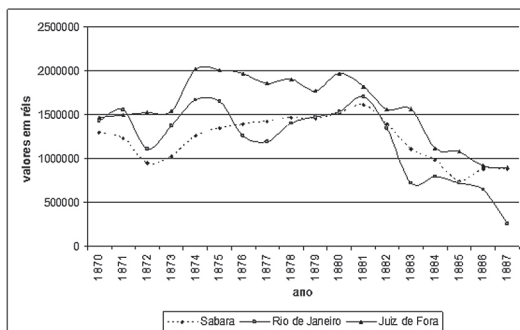
exemplos: em 17 de Janeiro de 1877 a Baronesa de São Mateus tomou emprestado ao Banco do Brasil a quantia de 70:000\$000 à juros de 6% ano pelo prazo de 68 meses; esta dívida será cobrada na justiça, em 04 de novembro de 1887, pelo Banco do Brasil aos herdeiros da Baronesa na quantia de 86:724\$073. Entre os bens dados como garantia deste empréstimo de hipoteca encontramos 69 escravos em idades, profissões e condições variadas. Em 03 de Março de 1888 todos foram avaliados por João Luís Alves e Custódio de Figueiredo Fortes, avaliadores nomeados pelo Juiz Municipal para tal função, que chegaram a quantia total de 37:387.500 para os preços dos escravos. Selecionamos os mais significativos para servir de exemplo, como o caso de “Lucrecia, preta 28 anos – 641\$250”; “Henrique, preto, 26 anos, solteiro – 855\$000”; “Jerônimo, preto, 17 anos, defeituoso – 465\$000” e “Adelaide, preta 54 anos – 285\$000”; dito de outra forma, os escravos em idade produtiva eram avaliados em 1888 no valor fixo de 855\$000 para homens e 641\$250 para as mulheres.

Em outro processo de execução de dívidas vemos a dívida de Francisco Antônio de Faria, que tomou junto ao Banco Predial, em 02 de setembro de 1886, a quantia de 30:000\$000 por 80 meses à juros de 1% ao mês. Em 04 de novembro de 1887 os escravos dados como garantia do empréstimo foram avaliados. Eram 53 escravos também de idades e condições variadas; os preços dos escravos entre 16 a 40 anos também aparecem fixos, sendo que os homens valiam 882\$000 e as mulheres 641\$500. Nesse caso os bens foram à praça em 05 de dezembro de 1887 e os vários escravos foram arrematados para pagamento da dívida.

De qualquer modo, a comparação com estudos feitos para outras regiões do Centro-Sul nos mostra os altos valores alcançados pelos escravos da Mata. Em estudo de 1997, Luiz Paulo

Ferreira Nogueiról listou os valores médios dos “Escravos Sadios, de sexo masculino, de 20 a 29 anos de idade” da comarca e Nossa Senhora da Conceição do Sabará de 1850 até 1887 e os comparou ainda aos praticados no Rio de Janeiro. Usando a mesma metodologia, ou seja escravos do sexo masculino entre 20 a 29 anos de idade temos o gráfico abaixo (V)

Gráfico V: Preço dos escravos do sexo masculino entre 20 a 29 anos de idade em Sabará, Rio de Janeiro e Juiz de Fora



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJE. 1870 – 1887; NOGUEIRÓL, 1997, 102 e MELLO, 1978, 31.

Os resultados nos mostram a importância que a permanência da escravidão teve para a província de Minas Gerais e não somente para a Mata, a manutenção de altos preços para os escravos na província pode ser entendido não apenas como a confiança na maior duração do regime, mas também em sua utilidade marginal ao sistema, visto que mesmo com a expectativa da abolição cada vez mais próxima, havia a possibilidade de se utilizar o trabalho do cativo, ao menos por mais um ano. Isso explicaria porque em Sabará e em Juiz de Fora o preço dos escravos, principalmente a partir de 1885 ficam relativamente altos se comparados à corte.

Embora Sabará fosse uma área de atividades econômicas diversificadas, passando da mineração à agropecuária e a manufaturas de tecidos e doces para mercados locais e mais

além (NOGUEIRÓL, 1997, 55) a Mata, no entanto, apresentou os maiores valores dos cativos para todo o período, o que demonstra a grande importância das atividades ligadas à exportação. A aproximação dos preços dos escravos entre as duas regiões somente se deu no período final (em 1881 e 1886), o que corrobora esta tendência, pois Sabará assistiu a um aumento relativo no preço dos escravos da década de 1870 para a de 1880, enquanto a Mata, ao contrário assiste ao declínio. Este comportamento também pode ser explicado pelo tráfico interprovincial, visto que a região central de Minas Gerais forneceu muitos escravos para a Mata (MACHADO, 1998).

Finalizando a análise dos dados dos inventários e buscando oferecer uma visão que enriqueça a nossa discussão, listamos os ativos café, terras e escravos encontrados nos inventários para demonstrar a participação percentual destes ativos na composição das fortunas dos indivíduos no município de Juiz de Fora (tabela VI).

Podemos afirmar, baseados na documentação de inventários post mortem por nós analisada, que a riqueza da Zona da Mata mineira se concentrava na mão de poucos e em três ativos, principalmente: Terras, café e escravos. A média de participação desses três ativos na riqueza

Tabela VI: Estrutura da posse de escravos em Juiz de Fora (1870 –1887)

1870 – 75					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	32	67	26,23	1,98	2,09
4 – 10	34	219	27,87	6,49	6,44
11 – 49	38	948	31,15	28,07	24,95
50 - 100	10	631	8,20	18,69	63,10
Mais de 100	9	1.512	7,38	44,77	168,00
Total	122	3.377	100,00	100,00	-
1876 – 1880					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	15	29	15,96	1,52	1,93
4 – 10	26	185	27,66	5,48	7,12
11 – 49	43	889	45,74	26,33	20,67
50 - 100	7	443	7,45	13,12	63,29
Mais de 100	3	365	3,19	10,81	121,67
Total	94	1.911	100,00	100,00	-
1881 – 1887					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	28	63	29,47	3,14	2,25
4 – 10	23	152	24,21	4,50	6,61
11 – 49	33	824	34,74	24,40	24,97
50 - 100	9	651	9,47	19,28	72,33
Mais de 100	2	316	2,11	9,36	158,00
Total	95	2.006	100,00	100,00	-

Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

dos indivíduos da Mata para o período de 1870 – 1887 é de 57,28. Como visto anteriormente, a formação e desenvolvimento desta região teve início ainda na primeira metade do século XIX com a expansão da economia cafeeira exportadora, que alcançou seu auge a partir dos anos 1870. A base da riqueza e da renda da região eram oriundas desta atividade principal e, conseqüentemente, a dinâmica alcançada, principalmente pela cidade de Juiz de Fora – seu centro mais pujante –, se deve a produção cafeeira. Se observarmos, a título de comparação, o comportamento dos ativos no período do pós-abolição, veremos que nenhum ativos substituiu o escravo em sua significativa participação na composição das fortunas.

Individualmente, contando obviamente com a ausência do ativo escravo, o período de 1889 – 1914 tem como principais ativos componentes das fortunas as terras (19,12%), os imóveis (18,50%) e os títulos financeiros (16,55%) seguido de perto pelas dívidas – ativo que teve posição significativa para todo o período estudado (15,58%). O café tem uma participação de 9,23%, o que, se parece uma queda significativa a primeira vista, pode ser entendida como uma maior dispersão dos investimentos para outros ativos. Não é nossa intenção aqui discutir de forma pormenorizada este assunto – tema já estudado em trabalho anterior (ALMICO, 2001) – mas sim, chamar a atenção para a concentração inicial da riqueza da região da Mata nos meios de produção ligados ao café e, a partir do desenvolvimento gerado, uma maior distribuição dos investimentos para outros ativos, como podemos ver na tabela seguinte (tabela VII).

É perceptível a menor participação do café como ativo principal; mas também é preciso apontar para uma maior alternância na importância dos ativos nesse período pós-

-abolição entre outros componentes da riqueza, não tão diretamente ligados à economia cafeeira. Queremos ilustrar a afirmação de que, a partir de uma concentração de riqueza originada da economia cafeeira, a cidade assistiu a uma diversificação de sua economia que só foi possível graças a produção cafeeira voltada para a exportação. Nossa intenção é salientar que, se no corpo do trabalho demonstramos a importância que o café, os escravos e as terras tiveram na formação e desenvolvimento da região em questão, no período posterior podemos perceber que houve uma maior diversificação, o que não significa que a região tenha abandonado sua vocação inicial. O café continuará sendo base da economia da Mata mineira até os anos 1920, mas foi a partir dele que houve a possibilidade de maior diversificação econômica, o que demonstramos aqui com a grande variação o nos investimentos dos indivíduos.

Tabela VII: Participação dos Ativos Café, Terras e Escravos na composição da Riqueza dos Inventários post-mortem de Juiz de Fora (1870 – 1887)

Anos	% Café	% Terras	% Escravos	∑ Café; Terras e Escravos
1870	17,17	19,79	27,87	64,84
1871	14,89	16,94	27,58	59,41
1872	11,02	19,85	43,16	74,03
1873	12,63	15,03	36,58	64,24
1874	17,18	17,84	29,70	64,72
1875	18,65	15,71	40,15	74,51
1876	23,19	17,04	31,26	71,49
1877	11,95	21,64	26,34	59,93
1878	15,78	16,64	29,64	62,06
1879	20,85	16,16	35,14	72,15
1880	20,15	19,19	21,83	61,17
1881	13,38	9,95	23,10	46,44
1882	23,03	12,38	26,46	61,87
1883	16,04	12,52	25,47	54,02
1884	4,23	11,57	9,94	25,74
1885	22,82	15,95	9,78	48,55
1886	12,07	14,76	10,04	36,87
1887	19,52	27,76	17,71	64,98

Fonte: 481 Inventários post-mortem AHUFJF, 1870 – 1888.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva, Fortunas em Movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal, Juiz de Fora/1870-1914. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gaudereto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata mineira subsídios para uma Historiografia. In: V Congresso Nacional de História Econômica e 6º Congresso Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003.

AMANTINO, Márcia. A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira. Muriaé: FAFISM, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 1995.

BERGAD, Laird. Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880. Tradução de Beatriz Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLASENHEIN, Peter Louis, Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906. In: V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, UFMG/PROEP, 1982.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____. A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 – 1909). (Dissertação de Mestrado), Niterói: UFF, 1993

_____. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 1997.

COSENTINO, Daniel do Val. Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, IE, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Jones. Expectativas e Tensões: Estabilidades das Famílias Escravas, em uma Sociedade de Escravista Mineira, Século XIX. In: 2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira. Muriaé: FAFISM, 2008.

FRIDMAN, Fânia. As cidades e o café. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pes-

quisadores em História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, Conservatória (RJ),

IGLESIAS, Francisco. Política Provincial do Governo Mineiro (1835 – 1889). Rio de Janeiro: INL, 1958.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

MACHADO. Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). (Monografia de Especialização) Juiz de Fora: UFJF, 1998.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, ABPHE, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MELLO, Pedro Carvalho de, SLENES, Roberto W. Análise Econômica da Escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (org.) Economia Brasileira: Uma visão Histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NOGUEIROL, Luiz Paulo Ferreira. Economia Escravista e Preços de Escravos em Minas Gerais: O caso de Sabará entre 1850 e 1887. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: CEDPLAR, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGH/UFF, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002.

PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, PPGHS / IFCS UFRJ, 2007.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. (Dissertação de Mestrado), Araraquara: UNESP, 2006.

SAMPER, Mario e RADIN, Fernand. Appendix Historical Statistic of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960 In: CLARENCE-SMITH, Gervase e TOPIK, Steven. The Global coffee economy in Africa, Asia and Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900. Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGHS/UFF, 2001.

VALVERDE, O. “O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: Revista brasileira de Geografia, RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958.

